



<https://www.duxeducare.com.br/>

D.O.I 10.5281/zenodo.10523275



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE): CONTEXTO HISTÓRICO E IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

Nadedja Maia Guimarães¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral comunicar de que modo a presença dos Institutos Federais de Educação tem promovido mudanças econômicas e sociais no âmbito regional do Estado do Ceará. Para tanto, de forma específica, o texto discorre sobre o surgimento da referida instituição de ensino no Brasil; abordará sua implantação no Ceará e, por fim, analisará a realidade local ao longo dos anos, após a chegada e expansão do IFCE. A presente pesquisa mostra-se relevante, pois, tem como objeto de estudo uma Instituição que, há décadas, tem sido responsável pela formação técnica de inúmeros profissionais no Estado do Ceará e no Brasil, fato que traz consigo, ao longo do tempo, modificações e impactos de natureza tanto social quanto econômica em proporções locais e nacionais. Com relação aos procedimentos metodológicos, o estudo adotou como método de abordagem o dedutivo, tendo em vista que partiu de uma análise geral a respeito do contexto histórico dos Institutos Federais de Educação no Brasil, para uma mais específica acerca do IFCE, discorrendo sobre sua criação e impactos econômicos e sociais. Quanto ao procedimento técnico adotado, o método foi o documental e o bibliográfico, lançando-se mão da legislação e dados governamentais, bem como referências teóricas de estudos já publicadas sobre a temática.

Palavras-chave: IFCE. Educação. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This article has as its overhaul purpose communication how the presence of Federal Institutes of Education has promoted economic and social changes on the regional extent of the State of Ceará. In the meanings of doing so, specifically, the text will be discussing the emergence of the aforementioned teaching institution in Brazil; will be addressing its implementation in Ceará and, finally, analyze the local reality over the years, after the arrival and expansion of IFCE. This research is relevant because it has as its object of study an Institution that, for decades, has been responsible for the technical training of countless professionals in the State of Ceará and in Brazil, a fact that brings with it, over time, changes and impacts both social and economic in nature, in both local and national proportions. Regarding the methodological procedures, the study adopted the deductive method of approach, considering that it started from a general analysis regarding the historical context of the Federal Institutes of Education in Brazil, for a more specific one about IFCE, discussing its creation and economic and social impacts. As for the technical procedure adopted, the method was documental and bibliographical, making use of legislation and government data, as well as

theoretical references of studies already published on the subject.

Keywords: IFCE. Education. Development.

¹Graduada em Engenharia Civil pela Universidade de Fortaleza-UNIFOR, Ceará, Brasil. Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela UNIFOR. Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana, Assunção, Paraguai. Servidora técnico administrativa do Instituto Federal de Educação (IFCE), Ceará, Brasil, ocupando o cargo de Engenheira Civil, lotada da Reitoria do IFCE.

1 INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia existentes no país foram, ao longo dos anos, expandindo-se e ocupando um lugar de destaque, acompanhando, assim, o progresso da nação. O marco primeiro desse processo se deu com a criação da Escola de Educação Tecnológica, no início do período republicano, contexto no qual a incipiente indústria brasileira passou, de forma acanhada, a fazer parte da nova realidade nacional, demandando a capacitação de profissionais para atuarem de forma eficiente. Ao longo dos mais de cem anos de história ocorreram diversas mudanças, desde a denominação, como também sua estrutura física e institucional, além de um processo de expansão regional, estendendo-se a todo o país e chegando ao Ceará.

Atualmente, consolidados como Instituições de Ensino Superior, os Institutos Federais de Educação são conhecidos pelo comprometimento com o saber ensinar, pesquisar e dialogar com os mais variados setores da comunidade local e regional. Nesse sentido, o presente estudo volta-se para a análise do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE), o qual apresenta ambiente formativo composto por um vasto circuito de nichos socioeconômicos, atuando efetivamente em diversas áreas, seja de tecnologia, serviços, recursos humanos e formação docente.

Assim sendo, o objetivo geral deste artigo é analisar de que modo a presença dos Institutos Federais de Educação tem promovido mudanças econômicas e sociais no âmbito regional do Estado do Ceará. Para tanto, de forma específica, o texto discorrerá sobre o surgimento da referida instituição de ensino no Brasil; abordará sua implantação no Ceará e, por fim, analisará a realidade local ao longo dos anos, após a chegada e expansão do IFCE. A presente pesquisa mostra-se relevante pois tem como objeto de estudo uma Instituição que, há décadas, tem sido responsável pela formação técnica de inúmeros profissionais no Estado do Ceará e no Brasil, fato que traz consigo, ao longo do tempo, modificações e impactos de natureza tanto social quanto econômica em proporções locais e nacional.

Com relação aos procedimentos metodológicos, o estudo adotou como método de abordagem o dedutivo, tendo em vista que partiu de uma análise geral a respeito do contexto histórico dos Institutos Federais de Educação no Brasil, para uma mais específica acerca IFCE, discorrendo sobre sua criação e impactos econômicos e sociais. Quanto ao procedimento técnico adotado, o método foi o documental e o bibliográfico, lançando-se mão da legislação e dados governamentais, bem como referências teóricas de estudos já publicadas sobre a temática.

No tocante à estrutura, o presente artigo compõe-se de três seções: Na primeira será abordado o histórico dos Institutos Federais de Educação no Brasil, destacando-se desde o contexto socioeconômico nacional do início do século XX e a criação das primeiras Escolas de Aprendizes Artífices até a atualidade. Na segunda parte, discorrer-se-á sobre o IFCE, com ênfase na realidade e necessidades locais que levaram ao surgimento da referida instituição de ensino. Por fim, na última seção serão analisados impactos econômicos e sociais promovidos pela presença dos Institutos Federais no Estado atualmente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O contexto histórico dos Institutos Federais de Educação no Brasil

O surgimento dos atuais Institutos Federais de Educação se deu no início do século XX, no governo do Presidente Nilo Peçanha, o qual, por meio do Decreto n. 7.566 de 23 de setembro de 1909, criou as Escolas de Aprendizes Artífices. O nascimento das citadas escolas veio da necessidade de oferecer condições às classes proletárias de lutar contra as dificuldades por meio da capacitação de trabalho aos jovens. Ofertar qualificação técnica e intelectual garantiria possibilidades aos menos favorecidos de se distanciar do estado de ócio e, conseqüentemente, de vícios e crimes.

Nesse sentido as Escolas de Aprendizes Artífices foram um relevante instrumento do governo na prática de política moral e de amparo às comunidades desfavorecidas, surgindo com o propósito de habilitar uma mão de obra específica, qual seja, os filhos das classes proletárias. Tal acontecimento daria ao Estado o domínio social, visto que amenizaria o alcance de distúrbios e práticas maléficas à sociedade (GOVERNO DO BRASIL, 2023).

Nesse contexto, através do Decreto n. 7.566/1909, o Presidente da República estabeleceu em seu artigo 1º que: Nas Escolas de Aprendizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso, até o numero de cinco, as oficinas de trabalho manual ou mecânica que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais.

Inicialmente, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio foram criadas dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, recomendando um ensino profissional, primário e gratuito. As sedes federativas contempladas, a princípio, foram: Alagoas; Amazonas; Bahia; Ceará; Espírito Santo; Goiás; Maranhão; Minas Gerais; Mato grosso; Pará; Paraíba; Pernambuco; Piauí; Paraná; Rio da Janeiro; Rio Grande do Norte; Santa Catarina; Sergipe e São Paulo (BRASIL, 2009).

Destaca-se que durante os anos de 1930 a 1945, a economia brasileira chancelou sua história, transferindo-se da atividade agroexportadora para a industrial, formando assim o capitalismo industrial nacional, com um potente amparo estatal. Assim sendo, conforme o novo padrão de crescimento, as escolas públicas profissionalizantes passaram a caminhar de acordo com os interesses do capital industrial (GOVERNO DO BRASIL, 2023).

Desse modo, no início do ano de 1937 o então presidente da república, Getúlio Vargas, sancionou a Lei n. 378/37, segundo a qual, nos termos do seu art. 37: [...] as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União, serão transformadas em liceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus. Parágrafo único. Novos liceus serão instituídos, para propagação do ensino profissional, dos vários ramos e graus, por todo o território do País

Santos (2017, p. 23), afirmam que com o despontar da Segunda Guerra Mundial, ocorrido na década de 1940, o país se viu obrigado a destinar capital para sua inexperiente indústria. Com isso, os investimentos educacionais foram direcionados para a educação profissional.

Conforme a sociedade vivenciava diferentes mudanças, as escolas iam se moldando às políticas de desenvolvimento econômico, tendo como principal objetivo a qualificação da mão de obra, considerando seu papel tático para o país, tendo em vista que a relação com o mercado, associada ao controle social eram características inerentes aos governos no estado capitalista moderno (GOVERNO DO BRASIL, 2023).

No ano de 1942, as instituições de ensino começaram a ofertar formação profissional em nível equivalente ao do secundário, passando a se denominar Escolas Industriais e Técnicas, de acordo com o Decreto n. 4.127/42. Esse período foi marcado pelo início do sistema de associação do ensino industrial à organização, de forma globalizada, do ensino no país, haja vista que aos concludentes dos cursos técnicos era autorizado o ingresso no ensino superior, de acordo com o nível de conhecimento (BRASIL, 2009).

Com o início do governo de Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954), uma das principais características foi a modernização econômica, que reivindicou celeridade na política de substituição de importações, isto é, a produção de maquinário industrial em terras nacionais, seguindo-se da evolução nos setores de siderurgia e metalurgia (FERNANDES, [s.d]).

Mudanças significativas ocorreram no país durante o governo de Getúlio Vargas, a exemplo destaca-se a criação do funcionamento das indústrias de base, em substituição às importações, que comprovaram a necessidade da criação das Escolas Técnicas e Industriais com o propósito de contribuir para a evolução da indústria.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), por sua vez, foi marcado pela época do desenvolvimentismo e, através do seu plano de metas, favoreceu as multinacionais e ampliou os investimentos nos seguimentos de transportes e energia, bem como na indústria de base. Foi um período de muito progresso com a junção entre ensino profissional e industrial, além de alterações na economia no Brasil e técnicas de desenvolvimento (CALDAS, 2012).

Em razão disso, em 1959 as Escolas Industriais e Técnicas passam a ser intituladas de Escolas Técnicas Federais. Transformadas em autarquias, conquistam autonomia e didática de gestão, ampliando seus cursos e contribuindo diretamente com o processo da industrialização através de mão-de-obra qualificada (CALDAS, 2012).

No caminho ao desenvolvimento da educação, em 11 de agosto de 1971, foi celebrada pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici a Lei n. 5.692/71- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), fixando diretrizes e bases para o

ensino de 1º e 2º graus. Todo o currículo do segundo grau passou, de forma compulsória, a ser técnico profissional. Durante esse período foi instituído um novo modelo, segundo o qual era necessário formar técnicos com urgência, motivo pelo qual as Escolas Técnicas Federais passaram a oferecer novos cursos técnicos, ampliando expressivamente o número de matrículas (BRASIL, 2009).

Anos depois, foi decretada e sancionada pelo então presidente Ernesto Geisel, a Lei n. 6.545, de 30 de junho de 1978, cujo art. 1º dispõe: As Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, com sede na Cidade de Belo Horizonte; do Paraná, com sede na Cidade de Curitiba; e Celso Suckow da Fonseca, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, alterada pelo Decreto-lei nº 796, de 27 de agosto de 1969, autorizadas a organizar e ministrar cursos de curta duração de Engenharia de Operação, com base no Decreto-lei nº 547, de 18 de abril de 1969, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica.

Essa transição concede às instituições a habilitação para atuar em nível mais elevado de formação, condição já presente em função do modelo de produção. A essas instituições competia formar engenheiros de operação e tecnólogos. Após alguns anos esse privilégio se estendeu às outras instituições, reafirmando-se a relação com o mundo da produção (GOVERNO DO BRASIL, 2023).

Em 8 de dezembro de 1994, o presidente da república Itamar Franco, decretou e aprovou a Lei n. 8.948, sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. As Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agro técnicas Federais tornaram-se Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs.

Através do Decreto 5.154/2004, a educação profissional técnica de nível médio foi integrada ao ensino médio. No ano seguinte, a Lei 11.195, em seu § 5º, determina que: A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. Nesse contexto, iniciou-se a primeira fase do plano de expansão da rede federal, com a construção, através do governo federal, de 64 novas unidades. No mesmo período correu a transformação do CEFET – Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, sendo a pioneira no Brasil, especializada nessa modalidade de ensino (BRASIL, 2009).

Finalmente, em 2008, pela Lei n. 11.892/08, foram criados os Institutos Federais de Educação Ciências e Tecnologia. Os Institutos Federais ou IF'S, foram estruturados a partir dos vários modelos existentes, especialmente, nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), nas escolas técnicas e agro técnicas federais e nas escolas técnicas vinculadas às universidades federais (BRASIL, 2009).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm um modelo institucional arrojado em termos de proposta político-pedagógica, com suas bases procedentes de um conceito de educação profissional e tecnológica jamais vistos em nenhum outro país. Constituído por 38 institutos, 400 campis espalhados por todo o território nacional, além de inúmeras unidades avançadas, oferecendo cursos técnicos, em sua maioria, na forma integrada com o ensino médio (50% das vagas), licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, além de especializações, mestrados profissionais e doutorados, dirigidos principalmente, para a pesquisa aplicada de

inovação tecnológica (PACHECO, 2011).

Nesse sentido, os institutos federais têm como papel principal possibilitar a continuidade das ações que aspiram incluir os setores sociais que em seu contexto histórico foram adeptos dos processos de desenvolvimento e avanços do país. O fato certifica sua importância como mecanismo de transformação social, construção e resgate da cidadania (PACHECO, 2011).

2.2 A História dos Institutos Federais de Educação no Ceará

No início do século XX, por volta do ano de 1910, o Ceará recebeu a Escola de Aprendizes Artífices, referência do ensino profissionalizante. Ao longo dos anos de ininterrupta atividade, a Escola Aprendizes Artífice se desenvolveu e o número de alunos multiplicou-se, estimulando a concepção de novos cursos e o aumento das oficinas vigentes.

Em 1917 a mencionada escola já contava com um elevado número de alunos matriculados nos cursos primário e de desenho, e nas oficinas de sapataria, tipografia e encadernação, ferraria, serralharia, bem como mecânica, marcenaria, carpintaria e alfaiataria (SIDOU, 1979).

Em 1937, com a edição da Lei n. 378, a Escola Aprendizes Artífice recebeu nova designação, passando a se chamar Liceu Industrial de Fortaleza. Após ter percorrido por diversas sedes e várias diretorias, melhorias foram sendo implantadas, desde a modernização das instalações, até a ampliação do campo de atuação e implementação de novos cursos (SIDOU, 1979).

Em razão do Decreto n. 4.121, de 28 de agosto de 1942, o Liceu Industrial de Fortaleza, cujo nome havia passado por recente alteração para Liceu Industrial do Ceará, recebeu a denominação de Escola Industrial de Fortaleza (SIDOU, 1979).

No interstício de 1939 a 1945 os conflitos armados da II Guerra Mundial provocaram influência na economia brasileira, de sorte que, com a atenuação nas importações de produtos estrangeiros, considerando que a maioria dos produtos se originava dos países que estavam em guerra, o Brasil passou a implementar indústrias básicas, com o propósito de atender ao mercado interno, fato que fez surgir a necessidade de mão de obra qualificada, que atendesse, tecnicamente, o incipiente parque industrial nacional (SIDOU, 1979).

Em 1965, a Lei n. 4.759 modificou, mais uma vez, a intitulação da instituição, a qual, a partir de então, ficou conhecida como Escola Industrial Federal do Ceará, conservando-se assim até 1968, quando a Portaria Ministerial n. 331 alterou seu nome para ETFCE - Escola Técnica Federal do Ceará (SIDOU, 1979).

Durante esse período, destacou-se o gerenciamento de Dr. César Araripe, o qual permaneceu até 1990, ganhando notoriedade pela dedicação ao crescimento da ETFCE. Um dos grandes êxitos do período de sua gestão foi a construção da piscina semiolímpica no claustro da edificação, ampliação dos blocos de salas de aula, além da criação, em 1982, do grupo folclórico que fortaleceu as atividades culturais (IFCE, 2022).

José de Anchieta Tavares Rocha dirigiu a instituição de 1991 a 1994. Sua gestão destacou-se pelo incentivo à formação de professores e técnicos administrativos, instituindo cursos de formação pedagógica e de formação específica para professores. Transformou em 1993, a residência oficial do diretor da instituição de ensino em casa de artes, sendo tal ato a atitude inicial para a criação dos cursos de artes, os quais, até hoje, mantêm-se em plena atividade (IFCE, 2022).

Em 1999, através do Decreto sem número, a então Escola Técnica Federal do Ceará, passou a intitular-se Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET/CE). O citado Decreto acatou a determinação da Lei n. 8.948/1994, que formulou as condições sobre a transformação das Escolas técnicas Federais em Centros Federais de educação tecnológica (SANTOS, 2017).

Em 1999, o CEFET/CE passou a contar com duas Unidades Descentralizadas (UNEDs) nas cidades de Cedro e Juazeiro do Norte. O Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica (CPQT) foi criado em 1998, sendo encarregado pela administração do dinheiro público e de recursos obtidos através das mensalidades de cursos não públicos, o aludido Centro gerencia cursos de extensão, pagos e gratuitos, oferecidos à sociedade em geral (SANTOS, 2017).

Com os recursos direcionados pelo CPQT, os laboratórios foram renovados, instalações da instituição foram aperfeiçoadas e, principalmente, foram oferecidos treinamentos concedidos aos trabalhadores desempregados, objetivando a profissionalização daqueles que se encontravam fora do mercado de trabalho. (SANTOS, 2017).

Em 1998, o Prof. Antônio Mauro Barbosa de Oliveira cooperou, assiduamente, na implantação do CEFET-CE, sendo seu primeiro diretor geral. Foi no decorrer de sua gestão que surgiu o Programa de Pós-graduação e Pesquisa Aplicada e de inúmeros projetos de extensão (IFCE, 2022).

Santos (2017, p. 30), afirmam que em 2004 os Centros Federais de Educação Tecnológica passaram a oferecer, legalmente, o ensino superior de graduação e de pós-graduação na área tecnológica, como consta no Decreto 5.224/04, art. 3º, inciso V. Com a Lei n. 11.892/2008 o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-CE) foi transformado em Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), instituindo a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e concebendo os Institutos Federais de Educação. A manifestada Lei incorporou também as autarquias e Escolas Agrotécnicas Federais dos municípios do Crato e do Iguatu, as quais, em 2008, foram integradas como IFCE (IFCE, 2022).

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, emergiu como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, direcionada por uma estrutura organizacional composta por Reitoria, pró-reitorias, diretorias sistêmicas e diretorias-gerais de campi, conhecedora não apenas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diversas categorias de ensino, como também no ajuntamento de suas ações de ensino com a inovação, a pesquisa e a extensão, demonstrando o compromisso com a qualificação para aplicação da docência (IFCE, 2015, p. 24).

As unidades do IFCE, a Reitoria e o Polo de Inovação Tecnológica são encarregados pela oferta de cursos de qualificação, técnicos, cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas, além de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, bem como os cursos de aperfeiçoamento e especialização técnica. “Entre 2016 e 2017, foram constituídas mais sete unidades, destacando a expansão no estado” (IFCE, 2015, p. 29). No momento atual o IFCE conta com 35 unidades¹ estando presente em todas as regiões do Ceará e disponibilizando cursos técnicos de nível médio, cursos superiores (tecnológicos, licenciaturas e bacharelados) e cursos de pós-graduação.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará tem a natureza jurídica de autarquia, dispondo, assim, de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático- pedagógica e disciplinar, assemelhando-se às universidades federais, devido a incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior.

Quanto a dimensão da criação dos Institutos Federais, Pacheco (2011, p. 17) comunica os seguintes sítios acadêmicos (Campi):

1 Campus Acaraú, Campus Acopiara, Campus Aracati, Campus Baturité, Campus Boa viagem, Campus Camocim, Campus Canindé, Campus Caucaia, Campus Cedro, Campus Crateús, Campus Crato, Campus Fortaleza, Campus Guaramiranga, Campus Horizonte, Campus Iguatu, Campus Itapipoca, Campus Jaguaribe, Campus Jaguaruana, Campus Juazeiro do Norte, Campus Limoeiro do Norte, Campus Maracanaú, Campus Maranguape, Campus Mombaça, Campus Morada Nova, Campus Paracuru, Campus Pecém, Polo de inovação Fortaleza, Campus Quixadá, Reitoria, Campus Sobral, Campus Tabuleiro do Norte, Campus Tauá, Campus Tianguá, Campus Ubajara e Campus Umirim.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dá visibilidade a uma convergência de fatores que traduzem a compreensão do atual governo quanto ao papel da educação profissional e tecnológica no contexto social, devendo ser reconhecida como ação concreta das atuais políticas para a educação brasileira. Essa compreensão considera estratégica a educação profissional e tecnológica, não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros.

Nesse sentido, o Instituto Federal orienta uma educação identificada e pactuada com o projeto da sociedade em curso no Brasil, objetivando o ensino como um compromisso de transformação e de engrandecimento de conhecimentos capazes de alterar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana (PACHECO, 2011, p. 17).

A instituição de ensino com seu projeto de expansão, implantando suas unidades no maior número possível de mesorregiões, e em harmonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, ratifica o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional tecnológica com a evolução local e regional (IFCE, 2018).

2.3 Consequências socioeconômicas da criação do IFCE

A expansão da educação profissional tecnológica ocorreu no contexto de educação como um programa societário que reafirme a inclusão social emancipatória, dando início a um instrumento de crescimento qualificado a produzir aspectos mais amplos para a educação no país. Dessa forma, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará tem proporcionado novas possibilidades de prática e de propostas políticas pedagógicas com caráter social dominante (IFCE, 2018).

Nesse cenário, as vantagens alcançadas em consequência da concepção da educação profissional tecnológica são inegáveis. A sociedade e a economia ultrapassaram limites quando beneficiadas com institutos federais implementados em suas regiões, promovendo desenvolvimento ao estado e aos cidadãos. “Tal crescimento se confirma desde o início do processo, com a concepção das escolas Aprendizagem Artífices”, conforme afirma Sidou (1979, p.16).

Destaca-se que a supra referida instituição de ensino, no decurso de sua longa trajetória, envolveu-se em projetos sociais com a intenção de inclusão social, a exemplo do Projeto CEFET/Pirambu, que ocorreu em bairro localizado na capital do estado, conforme destaca Santos (2017, p. 33):

O objetivo do citado projeto é desenvolver atividades educacionais de cunho profissionalizante na área de Tecnologia da Informação e Comunicação através da implantação de cursos regulares de nível técnico e cursos básicos para requalificação de trabalhadores de baixa renda na comunidade da favela do Pirambu, (CEFET, 2003) e, ainda, preparar os estudantes para o ingresso nos cursos técnico e médio, oferecidos regularmente pela Instituição.

Nesse sentido, a instituição se desenvolveu ao longo dos anos, tendo como principal missão a de produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos, na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética (IFCE, 2018).

A expansão da instituição de ensino viabilizou oportunidades de integração social e conseqüentemente, avanços na economia de inúmeras regiões no interior do estado, a exemplo do que relatou o diretor do Campus Crateús, José Aglodaldo Holanda Cavalcante Júnior, ao festejar os 11 anos de exercício da instituição de ensino na região: Um primeiro impacto é interiorização dos ensinos técnico e superior através da oferta de uma educação gratuita e de qualidade, permitindo o acesso, a permanência e êxito na formação na própria região. Antes, apenas aqueles que podiam arcar com os custos de ir morar em outras cidades, como Fortaleza, por exemplo, conseguiam uma formação (LIMA, 2021).

Assim sendo, a presença de uma sede do IFCE em Crateús, promove a ampliação da oferta de trabalhadores instruídos em suas respectivas áreas de formação, possibilitando o desenvolvimento da região do Sertão dos Crateús e promovendo impactos nas comunidades beneficiadas pelos projetos de pesquisa e extensão através de coparticipações estratégicas com prefeituras e representantes do terceiro setor (LIMA, 2021).

Estas coparticipações com instituições públicas e privadas, surgem como uma forma de viabilizar a missão institucional, trabalhando reciprocamente com diversas instituições atraídas em virtude dos conhecimentos obtidos pelos discentes nos diversos níveis e especializações (IFCE, 2014).

A exemplo, pode-se destacar o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), localizado a 60 km da capital do estado, entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. O CIPP se amplia com a finalidade de desenvolver a economia local, regional e nacional impulsionando materiais siderúrgicos, fertilizantes, granel e contêineres (IFCE, 2018).

Dessa forma, a região destaca-se como um polo de oportunidades para empresas nacionais e internacionais. São variadas possibilidades de novos negócios na região, a datar do surgimento de empresas de prestação de serviços técnicos e de apoio, de suprimentos e de comercialização de subprodutos das indústrias existentes, além de empresas de manutenção de máquinas e de equipamentos, de serviços de tubulação e caldeiraria em geral, como também locação de veículos, terceirização de mão de obra, vigilância e capacitação de pessoas (IFCE, 2018).

Dentre as empresas distribuídas nos municípios que compõem o CIPP, 39% estão presentes em São Gonçalo do Amarante e a parcela majoritária (61%) está distribuída no município de Caucaia, o que fortifica a necessidade de capacitação e formação de mão-de-obra especializada no município (IFCE, 2018).

Nas proximidades do CIPP existem quatro campi, quais sejam: campus Fortaleza, campus Paracuru, campus Caucaia e campus Pecém, onde os cursos ofertados pelo IFCE são recomendados conforme as necessidades de suprir as demandas dos setores produtivos identificados na região (IFCE, 2018).

Ressalta-se a publicação da página do IFCE - Campus Pecém, descrevendo as consequências econômicas resultantes das parcerias existentes com estas instituições: Há uma forte procura de empresas da região para estabelecimento de parcerias para oferta de cursos e realização de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Empresas como a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), Energia Pecém, Aeris, Wobben, entre outras, estão em contato permanente com o IFCE, por meio da AECIPP (Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém), com quem o IFCE possui atividades realizadas em parceria. Estas empresas possuem um faturamento anual projetado de R\$ 12,2 bilhões, o que corresponde a aproximadamente 12% do PIB do Estado do Ceará. Estas indústrias têm gerado um impacto significativo no orçamento dos municípios do entorno (IFCE, 2018).

Deste modo, o IFCE se identifica com o progresso da sociedade cearense, preocupando-se com o contexto do estado e do país, e com a assistência das peculiaridades locais e regionais, sem desconsiderar o nacional e o mundial. Além disso, visando um projeto de transformação social, que deve ocorrer através da incorporação e da verticalização da educação básica à educação profissional e superior, que, por sua vez, devem ser oferecidas com compromisso humano, técnico e tecnológico, auxiliando o desenvolvimento das pessoas no interior do estado e, conseqüentemente, o crescimento da região de inserção do campus e de todo o Nordeste.

Nesse contexto, a instituição de ensino, ao levar o saber, coopera para formar cidadãos críticos, que certamente, irão usufruir de mudanças positivas em sua realidade no presente e no futuro (IFCE, 2018).

Percebe-se que o IFCE vem cumprindo seu papel de forma significativa, conforme verificado através dos resultados alcançados nos sistemas de avaliação e desempenho educacional aplicados no país. A exemplo pode-se citar o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Tauá, que atingiu lugar de destaque no resultado da avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que tem como propósito, monitorar o desempenho da educação no País. O resultado de 2019, foi divulgado em coletiva de imprensa realizada no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O campus Tauá obteve o melhor desempenho entre as instituições do município, excedendo até mesmo as projeções estadual e nacional de 2021. O IFCE-Tauá alcançou 6,3 pontos, superando a média nacional de 4,2 pontos (IFCE, 2022).

Nesse contexto, entende-se que a instituição de ensino vem desempenhando suas atribuições de forma satisfatória. Os resultados demonstram que o IFCE vem possibilitando que jovens e adultos possam através de uma educação de qualidade e gratuita conquistar avanços sociais e conseqüente ascensão econômica. A ampliação da rede de ensino através do programa de expansão possibilitou que localidades até então desprovidas de educação de excelência pudessem usufruir de uma nova perspectiva de futuro. Assim sendo, é inquestionável afirmar que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, ao instruir cidadãos, contribui diretamente para o progresso, aumentando os índices de crescimento educacional regional, além de oferecer oportunidades, desenvolvimento e participar, direta e continuamente da mudança de vida de inúmeros indivíduos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, ao longo dos anos ratifica a vocação em capacitar mão-de-obra para o mercado de trabalho. No decorrer de sua história, a instituição atingiu um estágio de eminente competência, inclusive com excelência declarada pelo Governo Federal, conseguindo capacitar seus alunos para o mercado de trabalho e possibilitar o ingresso em cursos superiores. Assim sendo, a inserção dos Institutos Federais de Educação – IFs, sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas direcionadas à educação profissional e tecnológica em curso, formando e qualificando indivíduos com ênfase na atuação profissional nos variados setores da economia, com destaque no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Nesse contexto, o monitoramento contínuo do perfil socioeconômico-político-cultural, tem grande relevância, pois, através dessa dinâmica, as instituições conseguem reconhecer a vocação produtiva daquele local e explorar suas potencialidades, introduzindo nesse lugar mão de obra qualificada. Em conseqüência, são geradas inúmeras ações entre os diversos setores existentes na região como prefeituras, instituições, setores empresariais e industriais, de forma a possibilitar através da formação de profissionais capacitados o iminente crescimento local.

A instituição em questão, ao longo dos mais de cem anos de existência, acompanhou o desenvolvimento do país, passando por um contínuo processo de mudanças que se iniciou com as Escolas de aprendizes artificieis, até então, ofertando os cursos primário e de desenho, além de oficinas de sapataria, tipografia, entre outros, e chegando até a atualidade com os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia ofertando cursos de ensino médio de qualificação, técnicos, cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas, além de cursos de pós-graduação lato e strictu sensu, bem como os cursos de aperfeiçoamento e especialização técnica.

Destaca-se que a instituição de ensino federal se fez presente nas principais capitais se expandindo a nível nacional, atendendo as mais diversas regiões, oferecendo educação de qualidade e gratuita, a exemplo ressaltasse o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE que através do programa de expansão foi beneficiado e hoje conta com sedes espalhadas por todo o território estadual beneficiando milhares de pessoas.

O IFCE comprova sua história de sucesso ao observar-se nas diversas localidades onde foram implementados os avanços que as regiões passam a vivenciar, a exemplodo polo industrial do campus do Pecém, que, através de diversas parcerias e atendimento a procura de mão de obra qualificada com as particularidades necessárias, vem crescendo e contribuindo de forma significativa com o avanço social e econômico da região.

Diante do contexto é inegável afirmar a relevância dessa instituição no progresso do país, sua construção ao longo dos anos veio se fortalecendo e se estruturando em todo o território nacional, investigando as habilidades particulares de cada região com o propósito de viabilizar a evolução através da formação profissional e tecnológica.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos estados da república escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7566&ano=1909&ato=3340za q1UeNRVT520>. Acesso em: 6 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 6 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm. Acesso em: 6 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do sistema nacional de educação tecnológica e dá outras providências. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8948&ano=1994&ato=b5dUTRU50dJpWT0da>. Acesso em: 6 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978**. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm#:~:text=LEI%20No%206.545%2C%20D

[E%2030%20DE%20JUNHO%20DE%201978.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20das,Tecnol%C3%B3gica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm#:~:text=LEI%20No%206.545%2C%20DE%20JUNHO%20DE%201978.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20das,Tecnol%C3%B3gica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias). Acesso em: 6 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 6 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 6 dez. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2009.

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf
Acesso em: 12 dez. 2021.

CALDAS, L. A.. **Fragments de uma história da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. In.: **Um passado vestido de futuro**. Disponível em:

<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/article/view/381>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FERNANDES, C. **Era Vargas**. Disponível em:

<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/era-vargas.htm>. Acesso em: 10 dez. 2021.

GOVERNO DO BRASIL. **If_concepaodiretrizes**. Ministério da Educação. Disponível em www.gov.br/mec Atualizado em 13/12/2023 Acesso em out de 2023.

IFCE. **IFCE de Tauá se destaca na avaliação do Ideb 2019**. 2022 Disponível em: <https://ifce.edu.br/taua/noticias/ifce-de-taua-se-destaca-na-avaliacao-do-ideb-2019>. Acesso em: 10 dez. 2022.

IFCE. Instituto Federal do Ceará. **Projeto político-pedagógico institucional**. 2018. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/projeto-politico-institucional>. Acesso: 24 fev. 2022.

IFCE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Plano de desenvolvimento institucional – campus Baturité**. 2014. <https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/campus/baturite.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

IFCE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Estudo de potencialidades para Caucaia e região**. 2018. Disponível em: <https://ifce.edu.br/caucaia/menu/ensino/documentos-pedagogicos/documentos-gerais/estudo-de-potencialidades-caucaia-2018.pdf/view>. Acesso em: 12 dez. 2022.

IFCE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Estudo de potencialidades para implantação de novos cursos**. 2021. Disponível em: https://ifce.edu.br/fortaleza/portal-do-aluno/documentos/estudo_potencialidades_campus_fortaleza_2020.pdf/view. Acesso: 7 dez. 2022.

LIMA, D. **Campos de Crateús do IFCE completa 11 anos de atuação**. IFCE. 2021. Disponível em: <https://ifce.edu.br/crateus/noticias/campus-de-crateus-do-ifce-completa-11-anos-de-atuacao>. Acesso em: 5 dez. 2021.

IFCE. **Memorial do IFCE**. IFCE, 2022. Disponível em: <https://ifce.edu.br/memorial/memorial-do-ifce>. Acesso em: 12 dez. 2022.

PACHECO, E. **Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília, 2011.

REDE Federal. **Ministério da Educação**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-profissional/rede-federal>. Acesso em: 16 dez. 2021.

SANTOS, D. **Os cem anos do CEFET/CE: compromisso social, desenvolvimento tecnológico e aproximação com o mercado**. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2017.

SIDOU, P. M. O. **Incursão no passado da Escola Técnica Federal do Ceará**. Fortaleza: ETF/CE, 1979.

IFCE. **Sobre o Campus**. IFCE. 2018. Disponível em: <https://ifce.edu.br/pecem/campus-pecem/o-campus>. Acesso em: 20 mar. 2022.